



DETERMINO QUE INSTAURE PROCESSO PRÓPRIO, NOS TERMOS DAS LEIS FEDERAIS Nº 14.133/2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 361/2023 E SUAS ALTERAÇÕES PARA:

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS DE CONCRETO ARMADO, GRELHAS DE CONCRETO, TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, TAMPAS PARA POÇOS DE VISITA E TIJOLO), PARA USO NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS E REPAROS DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.**

Assinado eletronicamente por:  
Roberto Melentino Ferreira  
CPF: \*\*\*.518.419-\*\*  
Data: 07/06/2024 17:29:21 -03:00



**ROBERTO M. FERREIRA**  
**SECRETÁRIO DE OBRAS**

**EDITAL RETIFICADO E REPUBLICADO**



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2024

DATA DE ABERTURA: **10/06/2024**

ENTREGA DOS DOCUMENTOS PELO SITE ATÉ DIA **10/06/2024 ÀS 13:30 HORAS**

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **14:00 HORAS DO DIA 10/06/2024** (Horário de Brasília).

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br/>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio, 100 – Centro – Departamento de Compras e Licitações, CEP 88.370-446, telefone: (47) 3342-9500, e-mail: [adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br](mailto:adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br) ou [alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br](mailto:alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br)

Regência: Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 361/2023.

Secretaria solicitante: Secretaria Municipal de Obras.

O **MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados que às **14:00 horas do dia 10/06/2024**, no Departamento de Compras e Licitações do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, serão abertas às propostas referentes a este Pregão Eletrônico, e será realizado em ato contínuo o credenciamento, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de conformidade com as seguintes condições:

O pregão eletrônico terá sessão pública que acontecerá por meio do sistema de licitações Bolsa Nacional de Compras – BNC ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)).

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS DE CONCRETO ARMADO, GRELHAS DE CONCRETO, TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, TAMPAS PARA POÇOS DE VISITA E TIJOLO), PARA USO NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS E REPAROS DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.** conforme as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

1.1. A licitação e seu objeto obedecerão ao disposto na tabela e especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



## 2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados, sendo estas pessoas jurídicas, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital, seus Anexos, e principalmente em relação à legislação.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC.

2.3. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa Nacional de Compras - BNC, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.4. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

2.4.1. Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV;

2.4.2. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC, no ANEXO IV e;

2.4.3. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras - BNC, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras - BNC e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras - BNC, conforme o ANEXO V.

2.5. A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ALÉM DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO CONSTANTE, NO ANEXO II, PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ, QUANDO DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL DE PREÇO A SER DIGITADO NO SISTEMA, VERIFICAR NOS DADOS CADASTRAIS SE ASSINALOU O REGIME ME/EPP NO SISTEMA CONFORME O SEU REGIME DE TRIBUTAÇÃO PARA FAZER VALER O DIREITO DE PRIORIDADE DO DESEMPATE. ART. 44 E 45 DA LC 123/2006.

2.6. As disposições dos art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou seja, o tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte e microempresas, não se aplicam:





2.6.1 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.2 no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7 Não será admitido a participação de empresas em consórcio.

### **3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

3.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com auxílio de sua equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

### **4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.5.1, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá





manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.3. O acesso do operador no pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através: do site <https://bnc.org.br/>, do telefone (42) 3026-4550 – Ponta Grossa/PR, ou pelo e-mail [contato@bnc.org.br](mailto:contato@bnc.org.br).

4.8. A participação na Licitação, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido no preâmbulo deste edital.

4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

## 5. PARTICIPAÇÃO



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



5.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.2. Caberá ao fornecedor **acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, **assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. SERÁ CONCEDIDO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, PARA AS SOCIEDADES COOPERATIVAS MENCIONADAS NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA O AGRICULTOR FAMILIAR, O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA E PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, NOS LIMITES PREVISTOS DA LEICOMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

5.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.7. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.8. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

5.9. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.10. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para o fim do**





**recebimento das propostas**, quando, então, **encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação**.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. **Até as 13h:30min** os licitantes **poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema**;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca (quando for o caso);
- c) Fabricante;

7.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, desde que justificado na sessão, e com expressa concordância fundamentada pelo (a) Pregoeiro (a).





7.4. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.5. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos** estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União ou do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.9. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.





- 8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.11. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste Edital.
- 8.12. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.13. Entende-se por lances intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.16. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17. Se a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública **será suspensa e reiniciada** somente decorridas **24 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, através de publicação no sítio eletrônico oficial do Município de Navegantes, disponível no endereço eletrônico <https://navegantes.sc.gov.br/>.
- 8.18. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.20. A ausência de resposta pelo *chat*, durante o tempo do certame, ou qualquer outro que o (a) Pregoeiro (a) estabeleça, por verificada desídia do licitante, poderá acarretar a desclassificação ou a inabilitação do mesmo, reservado o direito à manifestação de recurso, em fase apropriada.





## 9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, conforme art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 9.2. será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 9.3, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 9.3, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei nº 14.133/2021/2021, mediante justificativa.

9.6. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme §4º, do art. 56 da Lei nº 14.133/2021/2021.

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.9. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.11. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-**





se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.12. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.13. **A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

9.14. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

## **10. EMPATE LEGAL (art. 44 e 45 da LC nº 123/2006)**

10.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no §1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

10.2. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 do Decreto 10.024/2019, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

10.3. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.





## 11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro de contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.3. Será estabelecido o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

## 12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante, decidindo motivadamente a respeito.

12.2. Será **desclassificada** a proponente que:

12.2.1. Deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;

12.2.2 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;

12.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação (artigo 59, inciso III da Lei nº 14.133/2021).

12.2.4. Não tiverem a exequibilidade da proposta demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3. Caso entenda necessário, o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá instaurar diligência para fins de **afirmação de exequibilidade das propostas**. Tal diligência poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, sendo que o (a) Pregoeiro (a) ou a Autoridade Competente poderá determinar que o licitante faça prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através:

12.4. Da apresentação de planilha de custos; ou

12.4.1. Da comprovação (documentos, notas fiscais, recibos etc.) que o preço proposto é coerente com os de mercado e que tem condições de cumprir com as obrigações assumidas.

12.5. A diligência servirá como subsídio para decisão do (a) Pregoeiro (a) ou da Autoridade sobre a aceitabilidade da Proposta apresentada com indício de ser inexequível.





### 13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o mesmo deverá apresentar as seguintes certidões, as quais serão verificadas pelo pregoeiro. A análise será feita sob a ótica de eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação:

13.1.1. **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no site do Tribunal de Contas da União** - TCU (TCU, CNJ, CEIS e CNEP): <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

13.1.2. **Consulta da Certidão Negativa Correccional no site da Corregedoria-Geral da União** - CGU (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM): <https://certidoes.cgu.gov.br>;

13.1.3. **Consulta ao Tribunal de Contas da sede do licitante;**

13.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares conforme solicitação do pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido pelo pregoeiro.

13.3. A verificação pelo pregoeiro e equipe de apoio nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora.

13.5. Será julgada **inabilitada** a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) apresentar documento de regularidade fiscal ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

13.6. **Do julgamento da habilitação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (art. 42 e 43 da LC nº123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014):**





13.6.1. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 43, §1º da LC nº 147/2014, o pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**:

- a) serão analisados os documentos **não** integrantes da regularidade fiscal e trabalhista.
- b) serão analisados os **documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista**, declarando-se:

I - O atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação, caso se verifique que toda a documentação está regular; ou

II- O desatendimento das exigências constantes do Edital, caso se verifique a restrição, ou seja, que alguma certidão foi apresentada vencida, sendo suspenso o julgamento da habilitação referente à regularidade fiscal e trabalhista em relação àquela **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** licitante. Neste caso, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, mediante requerimento, para que a interessada providencie a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6.2. A não-regularização da documentação de regularidade fiscal ou trabalhista, no prazo previsto no inciso II da alínea “b” do item 13.6.1 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, retomando a licitação na forma do item 10 e seguintes, ou revogar a licitação ou item da licitação conforme o caso.

13.6.3. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, conforme modelo do ANEXO VII, de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado ou declaração de enquadramento validada pela Junta Comercial.

13.6.3.1. A não apresentação desta declaração leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou não se enquadram nesta categoria jurídica.

13.6.3.2. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.





13.6.3.3. A certidão simplificada ou a declaração deverá ter sido emitida nos **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data prevista para a sessão de entrega dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, sob pena de não aceitabilidade.

13.6.3.4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, desde que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI possa suprir as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, por constarem no próprio Certificado.

13.6.3.5. As microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais que pretendam usufruir dos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 **deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração** de que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021/2021 (modelo disponível no anexo VII deste edital).

**13.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:** (Deverá apresentar o documento solicitado conforme o tipo da empresa):

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.





e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 13.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Inscrição do CNPJ, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>; que deverá conter CNAE adequado para o objeto da contratação.

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual de origem da empresa;

e) Prova de regularidade com os débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união que abrange os créditos tributários da Receita Federal do Brasil (RFB), da PGFN (Dívida Ativa da União Junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) e as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitida através do site: <http://www.fazenda.gov.br/>;

f) Prova de regularidade com FGTS, emitida através do site: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do site: <http://www.tst.jus.br/certidao>;

### 13.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

~~a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica.~~

~~13.9.1 A empresa poderá apresentar, facultativamente, juntamente a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, o documento emitido pelo órgão judiciário competente, que relacione os distribuidores que na Comarca de sua sede tem atribuição para sua expedição.~~





a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei n. 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;  
13.9.1 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n. 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.9.2 Deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), **comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);

III - Grau de Endividamento (GE) = (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / (Ativo Total).

13.9.2.1 Os índices exigidos como mínimos serão apurados através das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Corrente: AC/PC = índice mínimo: 1,00

b) Liquidez Geral: AC+RLP/PC+PNC = índice mínimo: 1,00.

c) Grau de endividamento: PC+PNC/AT = igual ou menor que 1,00.

13.9.2.2 **Os índices deverão estar calculados** para que o agente de contratação e equipe de apoio procedam somente com à conferência dos cálculos apresentados.

13.9.2.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

13.9.2.4 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

13.9.2.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## 13.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





13.10.1. Apresentar Atestado ou Declaração de Qualificação Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento de produto compatível em características com o(s) item(s) objeto desta licitação, cujo o licitante tenha apresentado proposta.

#### **14. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

14.1. Deverá apresentar como complemento dos documentos de habilitação, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES, conforme modelo ANEXO VI.

14.2. A referida declaração deverá estar assinada e datada, sendo esta, se possível, objeto de diligência saneadora.

#### **15. DAS DILIGÊNCIAS**

15.1. Poderão ser realizadas diligências referentes aos documentos apresentados, ou em relação a quaisquer outros documentos e aspectos, bem como localização da empresa, notas fiscais relativas ao (s) atestado (s) técnico (s) emitido (s), além de autenticações, sejam presencialmente e/ou através dos sítios eletrônicos oficiais.

15.2. Os documentos para habilitação que necessitam de autenticação, SOMENTE SERÃO AUTENTICADOS POR ESTA MUNICIPALIDADE ATÉ ÀS 16h00min DO ÚLTIMO DIA ÚTIL ANTERIOR A ABERTURA do processo licitatório.

15.3. Não será realizada autenticação de documentação no dia da abertura dos documentos, em hipótese nenhuma.

15.4. As autenticações serão admitidas para fins de complementação da documentação de habilitação, conforme ANEXO II, de acordo com o prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) em ata.

15.5. As autenticações seguem o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 361/2023.

15.6. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, e fica adstrito à conveniência da Administração Pública, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência.

15.7. A utilização dos recursos e meios eletrônicos dispensa o envio de documentação por correspondência, sendo utilizado campo próprio do sistema BNC, em "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (PÓS-DISPUTA)", bem como, SOMENTE, em situações excepcionais,





devidamente justificadas pelo (a) Pregoeiro (a), também, para e-mails da PREFEITURA MUNICIPAL NAVEGANTES, próprios do Departamento Compras de Licitações:

[adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br](mailto:adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br)

ou

[alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br](mailto:alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br)

15.8. O envio de documentação de habilitação complementar para quaisquer outros e-mails será desconsiderado, exceto se informado pelo (a) Pregoeiro (a), via *chat*, no sistema BNC, algum e-mail diverso destes informados.

15.9. Serão verificados todos os documentos originais, conforme a Lei nº 13.726/18.

## 16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, motivadamente, durante o prazo concedido na sessão pública, em **até 15 (quinze) minutos**, em **campo próprio do sistema**, exclusivamente, manifestar sua intenção de recorrer.

16.2. **As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias.**

16.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

16.4. **Os documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões** poderão ser anexadas em campo próprio do sistema BNC, e ainda, sem prejuízo da sua apreciação, para e-mails do MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, próprios do Departamento de Compras e Licitações [adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br](mailto:adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br) ou [alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br](mailto:alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br), sendo registrado e anexado pela Administração, nos autos do processo, o corpo do e-mail da empresa recorrente e/ou da contrarrazoante.

16.5. O envio de documentos referentes aos recursos e/ou às contrarrazões para quaisquer outros e-mails serão desconsiderados.

16.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e a autoridade estará autorizado (a) a encerrar a fase de habilitação, declarando o licitante vencedor do referido item, e encaminhando o processo à adjudicação e homologação da autoridade superior.

16.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

## 17. DO JULGAMENTO DOS RECURSOS



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC

CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



17.1. Após a manifestação dos interessados, a Autoridade Competente fará análise dos recursos e das contrarrazões manifestando-se formalmente sobre o conteúdo dos mesmos, podendo:

- a) manter as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo não provimento dos recursos;
- b) rever as decisões impugnadas via recursos, manifestando-se pelo provimento dos recursos;

17.2. Após análise e manifestação da Autoridade Competente sobre os recursos, o processo poderá ser submetido à análise da Procuradoria-Geral do Município.

17.3. A autoridade competente emitirá a decisão final.

17.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame e homologará o procedimento licitatório.

17.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Não caberá recurso administrativo contra a decisão final da Autoridade Competente.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente, caso não haja interposição de recurso, ou após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18.3. Após a homologação, o Contrato será encaminhado via sistema ECM para a devida assinatura. Importante destacar que a eficácia do contrato iniciará após sua publicação no PNCP, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021/2021.

18.4. A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

18.5. O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o link para acesso.





18.6. É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

18.7. Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

18.8. Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

18.9. Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

18.9.1. Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas.

18.10. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

18.11. É de responsabilidade do vencedor manter o cadastro de fornecedor atualizado junto a Prefeitura Municipal de Navegantes.

## **19. DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

19.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 84 da mesma norma legal.

19.2 O prazo da execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da data da última assinatura eletrônica do representante legal da empresa na ordem de serviço, salvo em casos em que seja estabelecido no próprio documento data para o início dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

19.3. Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base da assinatura do contrato.

19.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor





Ampla, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.6. Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

20.1. A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Obras, sendo essa responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

20.2. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência (ANEXO I) e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme Termo de Referência (ANEXO I), e concomitantemente, na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), além da Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VIII) e da Minuta do Contrato (Anexo IX), sendo parte integrante deste edital.

22.2. O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

22.3. O pagamento será conforme as aquisições realizadas, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

22.4. O prazo para pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (TRINTA) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada por servidor ou comissão designado para o acompanhamento e fiscalização do Contrato, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da CONTRATADA;





22.5. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos:

a) apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

22.6. - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

**22.7. NÃO HAVERÁ, SOB HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.**

### **23. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

23.1 Os materiais deverão ser entregues por meio próprio pela CONTRATADA, com transporte adequado em **até 5 (cinco) dias úteis** após a solicitação formal pelo Município, e poderão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC, situada na Rua Arnaldo Passos, n. 279, bairro Centro de Navegantes/SC, ou em local oportunamente informado pela secretaria solicitante.

23.2 O fornecimento dos materiais será de forma parcelada e o regime de execução será direto, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.

23.3 Caberá a empresa contratada responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, e demais encargos que venham incidir na entrega dos materiais licitados.

### **24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

24.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência dos de execução, até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;

b) Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

c) Advertência;





d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES pelo prazo de até 03 (três) anos;

e) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme art. 156, inciso IV e §§5º, 6º e 7º do mesmo artigo da Lei Federal n.º 14.133/2021.

24.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

24.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES;

24.4. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

24.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

24.5. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerados no artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021 com as formalidades e consequências previstas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

## **25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

25.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre o edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras e nos e-mails [adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br](mailto:adm.licitacao@navegantes.sc.gov.br) ou [alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br](mailto:alexandre.coelho@navegantes.sc.gov.br) sítio no prazo de até 2(dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25.2. As dúvidas/questionamentos, e as impugnações deverão ser encaminhadas com documentos que identifiquem o(a) interessado(a), e poderão ser enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema da BNC – Bolsa Nacional de Compras, conforme a legislação.





25.3. Não sendo formulado pedido de esclarecimento, providência ou impugnação a este edital até o prazo previsto na legislação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e documentos de habilitação, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.

25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se for o caso.

25.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á a ata da sessão e/ou quaisquer outras atas, bem como os documentos, no sistema eletrônico BNC e no site da PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, conforme a possibilidade e o andamento do processo.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília –DF.

26.4. A adjudicação e/ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e os demais princípios inerentes à Lei nº 14.133/2021.

26.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

26.8. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração, de segunda-feira à sexta-feira, e em horário estabelecido, 13h00min às 19h00min.





26.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.10. Em caso de divergência entre disposições do corpo deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.11. Para os documentos que não informarem sua data de validade/vigência de forma expressa, será considerado o prazo de 90 dias após sua emissão.

26.12. É facultado ao proponente visitar o local onde serão realizados os serviços, não podendo posteriormente alegar desconhecimento.

## 27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, além do site do Município, no endereço <https://navegantes.sc.gov.br>.

27.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência (TR);

ANEXO I-A – Estudo Técnico Preliminar (ETP);

ANEXO I-B – Justificativa para exigências de índices financeiros;

ANEXO II – Exigências para Habilitação Complementar (Pós-Disputa);

ANEXO III – Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Termo de Adesão;

ANEXO V – Custo pela utilização do sistema BNC;

ANEXO VI – Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação e Demais Obrigações;

ANEXO VII – Declaração ME/EPP

ANEXO VIII – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IX – Minuta do Contrato

ANEXO X – Relação de Itens

Assinado eletronicamente por:  
Roberto Melentino Ferreira  
CPF: \*\*\*.518.419-\*\*  
Data: 07/06/2024 17:29:24 -03:00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei Federal n. 14.133/2021, art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

SECRETARIA DE OBRAS

**1. OBJETO**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS DE CONCRETO ARMADO, GRELHAS DE CONCRETO, TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, TAMPAS PARA POÇOS DE VISITA E TIJOLO), PARA USO NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS E REPAROS DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.

**2. ESPECIFICAÇÕES/QUANTIDADES**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, DIAMETRO NOMINAL DE 200 MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO	1000	R\$ 24,57	R\$ 24.570,00
2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 300MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 109,58	R\$ 109.580,00
3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 400MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	2000	R\$ 122,65	R\$ 245.300,00
4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 209,86	R\$ 209.860,00
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 800MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	200	R\$ 316,12	R\$ 63.224,00
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1000MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	150	R\$ 499,23	R\$ 74.884,50



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1200MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 618,23	R\$ 30.911,50
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1500MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 1.109,63	R\$ 55.481,50
9	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 60X40 CM COM ESPESSURA MINIMA DE 8 CM	UNID	2000	R\$ 106,67	R\$ 213.340,00
10	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MÍNIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	100	R\$ 238,68	R\$ 23.868,00
11	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	100	R\$ 328,41	R\$ 32.841,00
12	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 140X140 CM	UNID	50	R\$ 450,96	R\$ 22.548,00
13	TIJOLÃO DE CONCRETO 25X15X08.	UNID	10000	R\$ 2,24	R\$ 22.400,00
14	TAMPAO EM CONCRETO COM FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, UM 660, 46 REDE PLUVIA/ESGOTO, E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO À 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120CM – EM CONCRETO	UNID	100	R\$ 1.900,00	R\$ 190.000,00
15	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 600 MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 601,14	R\$ 1.803.420,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



16	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI *400* MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). *DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014	METRO	3000	R\$ 271,98	R\$ 815.940,00
17	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	500	R\$ 176,43	R\$ 88.215,00
18	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	300	R\$ 273,11	R\$ 81.933,00
19	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 80X80 CM	UNID	50	R\$ 240,00	R\$ 12.000,00
20	GRELHA FOFO SIMPLES COM REQUADRO, CARGA MAXIMA 12,5 T, *800X500* MM, E=15 MM, AREA ESTACIONAMENTO CARRO PASSEIO	UNID	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
21	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	50	R\$ 316,00	R\$ 15.800,00
22	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	50	R\$ 546,00	R\$ 27.300,00
23	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 40 CM. MEDIDAS: 130X13,80 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 3.000,00	R\$ 90.000,00
24	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 60 CM. MEDIDAS: 1,25X1,25X0,85 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 2.800,00	R\$ 84.000,00
25	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 80 CM. MEDIDAS: 1,45X1,45X1,30 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 4.500,00	R\$ 135.000,00
26	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 100 CM.	UNID	30	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00





	MEDIDAS: 190X190X1,50 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.				
27	JOELHO DE PVC 90° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	200	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00
28	JOELHO DE PVC 45° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 35,00	R\$ 5.250,00
29	LUVA DE PVC SIMPLES 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 24,59	R\$ 3.688,50
30	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) COM RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE 7 KN/M E COM ALTURA DE 2,30 M	METRO	3500	R\$ 11,85	R\$ 41.475,00
31	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 250MM A 400MM.	UNID	1000	R\$ 136,59	R\$ 136.590,00
32	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	2000	R\$ 141,42	R\$ 282.840,00
33	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 300MM A 500MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
34	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 5.431.420,00</b>

**\*OS ITENS 15 E 16 DEVERÃO ATENDER A NORMA DNIT 094/2014**

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 84 da mesma norma legal.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O Município não possui Plano de Contratações Anual.





#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **5. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO**

##### **Requisitos mínimos necessários ao atendimento da necessidade**

A empresa a ser contratada deverá entregar o produto solicitado em até 5 (cinco) dias úteis a partir do envio da solicitação de fornecimento pela Contratante.

Em caso de eventual necessidade de sanear qualquer irregularidade na prestação de serviço, a Contratada deverá providenciar a medida cabível dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Nos casos específicos relativos à entrega dos produtos solicitados, a Contratada deverá corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as peças em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

Por fim, a Contratada deverá assumir gastos e despesas que se fizerem necessário para cumprimento do objeto, inclusive o frete para transporte dos produtos, bem como a descarga dos mesmos.

#### **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Os materiais deverão ser fornecidos e descarregados por meio próprio, pela CONTRATADA em até 05 (cinco) dias úteis **após a emissão da Autorização de Fornecimento (AF)**.

Os materiais deverão ser entregues diretamente na Secretaria de Obras do Município de Navegantes/SC ou em local oportunamente indicado pela mesma.

O fornecimento dos materiais será de forma parcelada e a forma de execução será indireta, de acordo com as necessidades do município de Navegantes/SC.





É de responsabilidade da CONTRATADA a entrega e descarga dos materiais nos locais a serem indicados pela Secretaria solicitante.

## 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## FISCALIZAÇÃO

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.





O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **GESTOR DO CONTRATO**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e





aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO RECEBIMENTO

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela





Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

**NÃO HAVERÁ SOB-HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.**

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **FORMA DE FORNECIMENTO**

O fornecimento do objeto será parcelado.

### **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

Conforme art. 65 da lei n. 14.133/2021 as condições de habilitação serão definidas em edital.

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

A habilitação jurídica será de acordo com o art. 66 da lei n. 14.133/2021.

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas conforme art. 68 da Lei n. 14.133/2021.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A comprovação financeira será feita de acordo com o art. 69 da Lei n. 14.133/2021.

### **Qualificação Técnica**

A comprovação da qualificação técnica será de acordo com art. 67 da Lei n. 14.133/2021.





## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.431.420,00 (cinco milhões quatrocentos e trinta e um mil e quatrocentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária n. 142/2024.

Navegantes (SC), 19 de abril de 2024.

**WAGNER MARQUES**  
Secretário Adjunto de Obras e Serviços Municipais





## ANEXO I – A

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

#### 1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição dos materiais objeto do presente processo se faz necessário para atender a demanda junto a Secretaria de Obras, de forma a proporcionar a continuidade periódica dos reparos e manutenções da rede de drenagem pluvial das vias públicas deste Município.

A rede de drenagem pluvial é imprescindível e fundamental ao Município de Navegantes/SC, especialmente a fim de mitigar os problemas com enchentes, fator de risco que afeta frequentemente a região do vale do Rio Itajaí-Açu.

Dentre os maiores benefícios de um sistema de drenagem pluvial eficiente estão:

- Diminuição de custos em manutenção de vias públicas;
- Eliminação de águas estagnadas e lamaçais, focos de doenças redução de erosão e poluição de rios e lagos;
- Drenagem rápida e eficiente das águas superficiais;
- Redução de danos às propriedades particulares e patrimônio público;
- Segurança no tráfego de forma a evitar acúmulo de água sobre a via;
- Redução de doenças de veiculação hídrica;
- Redução de impactos da chuva ao meio ambiente, tais como erosão e poluição de rios e lagos;
- Condições razoáveis de circulação de pedestres em áreas urbanas.

O serviço de drenagem pluvial se caracteriza como serviço público essencial, de forma que melhora significativamente a qualidade de vida dos munícipes.

Além disso, é imprescindível que haja manutenção e reparos do sistema de drenagem de forma a garantir a eficiência do escoamento de águas pluviais e continuidade do funcionamento adequado do sistema.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que de acordo com a recente alteração da NBR 8890:2020, os tubos a serem empregados na rede de drenagem pluvial e esgoto sanitário são tubos com encaixe ponta e bolsa, os quais estão sendo utilizados no Município diante da ampliação da rede ou quando da necessidade de substituição da tubulação de determinada via.





Todavia, há diversas ruas em que possuem tubulação com encaixe macho e fêmea em bom estado de funcionamento, e a pretendida contratação servirá para que a Secretaria de Obras tenha a disposição tubos com o mencionado encaixe em caso de manutenção ou reparos pontuais.

Nesse sentido, é imperativo a presente contratação para aquisição dos materiais mínimos necessários que viabilizem a manutenção do sistema de drenagem, bem como a sua ampliação.

## **2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

O Plano de Contratações Anual está sendo instituído e elaborado no Município de Navegantes/SC neste ano de 2024, de forma que haverá previsão da presente contratação.

## **3 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO**

### **3.1 Requisitos mínimos necessários ao atendimento da necessidade**

Os materiais deverão ser entregues por meio próprio pela CONTRATADA, com transporte adequado em **até 5 (cinco) dias úteis** após a solicitação formal pelo Município, e poderão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC, situada na Rua Arnaldo Passos, n. 279, bairro Centro de Navegantes/SC, ou em local oportunamente informado pela secretaria solicitante.

O fornecimento dos materiais será de forma parcelada e o regime de execução será direto, de acordo com as necessidades do Município de Navegantes/SC.

Caberá a empresa contratada responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas, fretes, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, e demais encargos que venham incidir na entrega dos materiais licitados.

### **3.2 Padrões mínimos de qualidade**

Os materiais entregues deverão seguir as normativas técnicas correspondentes e vigentes, tal qual NBR 8890.

Importante garantir a entrega de materiais com qualidade, nesse sentido, em caso de entrega de material que se verificar, posteriormente à entrega, vícios, defeitos ou





incorreções, a empresa contratada deverá corrigir, reparar, remover ou substituir dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Já os materiais entregues visualmente e comprovadamente danificados ou deteriorados, mesmo que oriundo do ato de entrega, a empresa contratada deverá repor tais materiais dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Ademais, importante assegurar que os materiais entregues tenham prazo de garantia de no mínimo 2 (dois) anos, a contar do recebimento definitivo na secretaria solicitante.

#### **4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO**

A pesquisa de mercado para a presente contratação foi realizada, em um primeiro momento, na Tabela SINAPI, conforme documento anexo. Porém, considerando que esta Secretaria já teve dificuldade com o processo licitatório anterior, ora n. 19/2023, a qual teve seu valor referencial extraída da Tabela SINAPI, em que, dos 23 itens, restou 6 itens desertos em razão do valor abaixo do praticado do mercado e 1 item fracassado. Ademais, da consulta realizada na Tabela Sinapi apenas alguns itens estavam disponíveis, tais quais: 01 á 12 e 14 á 18.

Tendo esse histórico em vista, a fim de verificar se os preços encontrados na Tabela SINAPI correspondem ao valor praticado no mercado, realizou-se consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Segue resumo da pesquisa de mercado realizada junto ao PNCP, contendo os códigos id da contratação, em que localizou 3 (três) atas em que o objeto é semelhante, quais sejam: Garça/SP (44518371000135-1-000013/2024), Caseiros/RS (90483058000126-1-000009/2024) e Imbé/RS (90256652000184-1-000037/2023). Ademais, foram consultados os seguintes processos no PNCP, os quais eram semelhantes à pretendida contratação, porém distintas nos aspectos da especificação técnica: 13230982000150-1-000112/2023, 92411875000102-1-000004/2024, 01602022000194-1-000013/2024, 82836057000190-1-000005/2023, 83169623000110-1-000432/2023 e 82821174000180-1-000340/2023. Porém as atas encontradas continham apenas tubos de concreto.

Nesse sentido, a fim de ampliar a pesquisa de mercado e assegurar que os valores encontrados na Tabela SINAPI referente aos itens não localizados no PNCP são compatíveis com o valor de mercado, realizou-se pesquisa direta com fornecedores e em sítios eletrônicos, os quais foram escolhidos aqueles localizados na aba de busca





do Google, bem como fornecedores que já prestam serviço ao Município ou que já participaram de processos licitatórios anteriores.

Com isso, segue abaixo resumo de todas as empresas em que foi solicitado o orçamento e se houve retorno:

Empresa	Resposta
J Alves Artefatos de Cimento	Sim
Kanaflex Brasil	Sim
Artefatos de Cimento Gaspar	Sim
Raimondi Artefatos de Cimento	Sim
Fernco Do Brasil	Sim
Sólidos Pré-fabricados	Não
Santa Regina Material Construção	Não
PJ Serviços e Comércio Eireli ME	Não
Inova Concreto	Não
Arcovan Soluções de Concreto	Não
Empório Palotina	Não
Construsinos Indústria e Comércio	Não
Engetubos Industrial de Tubos Ltda	Não
Irmãos Oliveira - Artefatos de Cimento	Não
FK Comercial	Não
Aca Indústria, Comércio e Construção Ltda	Não
Premocon Artefatos de Concreto	Não
LAJ Lucas Artefatos de Concreto	Não
Instaladora Vargas	Não
NAJ Empreiteira LTDA	Não
Athos Engenharia	Não
Britagem Vogelsanger	Não
Fundição Vicente	Não

Após a conclusão da ampla pesquisa de mercado, verificou-se algumas dificuldades. Há itens em que o valor encontrado na Tabela Sinapi estava muito inferior ao encontrado com os fornecedores, em outros casos o valor encontrado na Tabela Sinapi era parelho com o valor encontrado com os fornecedores.

Ademais, houve itens em que não há previsão na Tabela Sinapi, de forma que foi realizado pesquisa direta com fornecedores e/ou em sítios eletrônicos. Por fim, houve casos ainda em que não havia previsão na Tabela Sinapi e tivemos dificuldade com a





pesquisa direta com fornecedores, obtendo assim apenas 1 ou 2 orçamentos, conforme será detalhado a seguir.

Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 15 e 16 foram utilizados os valores da Tabela Sinapi, visto que o valor encontrado estava parelho com o valor praticado no mercado ou o valor encontrado no mercado apresentou-se muito superior ao da Sinapi e da Ata vigente deste Município.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	SINAPI	J ALVES	GASPAR	RAIMONDI	KANAFLEX
1	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PS1, DIAMETRO NOMINAL DE 200 MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	R\$ 22,89	R\$ 24,57	R\$ 32,90	R\$ 32,00	R\$ 37,00	-
2	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 300MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 89,50	R\$ 109,58	R\$ 65,90	R\$ 73,00	R\$ 45,00	-
3	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 400MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 99,00	R\$ 122,65	R\$ 95,00	R\$ 99,50	R\$ 103,00	-
4	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 175,00	R\$ 209,86	R\$ 209,00	R\$ 199,50	R\$ 235,00	-
5	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 800MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 259,88	R\$ 316,12	R\$ 372,90	R\$ 315,00	R\$ 374,00	-
6	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1000MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 369,90	R\$ 499,23	R\$ 459,00	R\$ 441,00	R\$ 515,00	-
7	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1200MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 519,74	R\$ 618,23	R\$ 789,00	R\$ 777,00	R\$ 885,00	-
8	TUBO DE CONCRETO, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1500MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	R\$ 839,89	R\$ 1.109,63	R\$ 1.050,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.267,00	-
10	TAMPA PARA POÇO DE VISITA EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	R\$ 200,00	R\$ 238,68	R\$ 400,00	-	R\$ 475,00	-
11	TAMPA PARA POÇO DE VISITA EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	R\$ 276,00	R\$ 328,41	R\$ 580,00	-	R\$ 695,00	-
12	TAMPA PARA POÇO DE VISITA EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM COM A SEGUINTE DIMENSÃO 140X140 CM	R\$ 380,24	R\$ 450,96	R\$ 870,00	-	R\$ 937,00	-
15	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, DN/DI 600 MM	R\$ 445,00	R\$ 601,14	-	-	R\$ 1.137,00	R\$ 742,97
16	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, DN/DI *400* MM	R\$ 160,00	R\$ 271,98	-	-	R\$ 850,00	R\$ 321,68

Nos itens 9, 17 e 18, o valor encontrado na Tabela Sinapi estava muito inferior ao encontrado com os fornecedores inclusive com o valor praticado na Ata vigente deste Município, de forma que foram desconsiderados os valores encontrados na Tabela Sinapi e realizou-se uma média dos valores obtidos em orçamento com as empresas:



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR ATUAL	SINAPI	J ALVES	GASPAR	RAIMONDI	INTERNET 1	INTERNET 2	INTERNET 3	MÉDIA
9	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 60X40 CM COM ESPESSURA MINIMA DE 8 CM	R\$ 119,00	R\$ 37,05	R\$ 110,00	R\$ 102,00	R\$ 108,00				R\$ 106,67
17	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	R\$ 104,00	R\$ 27,78			R\$ 270,00	R\$ 147,05	R\$ 246,90	R\$ 190,40	R\$ 176,43
18	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	R\$ 214,80	R\$ 58,69			R\$ 390,00	R\$ 277,88	R\$ 280,60	R\$ 358,40	R\$ 273,11

Já no item 14, o valor encontrado na Tabela Sinapi também estava abaixo do praticado no mercado, de forma que foram desconsiderados os valores da Tabela Sinapi, porém, apesar da ampla pesquisa de mercado, esta Secretaria não obteve êxito em conseguir 3 orçamentos, obtendo apenas 1.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR ATUAL	SINAPI	RAIMONDI
14	TAMPAO EM CONCRETO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120CM	R\$ 1.674,90	R\$ 666,77	R\$ 1.900,00

Os itens 13, 27, 28, 29 e 30 não há correspondência na Tabela Sinapi, de forma que foi realizada pesquisa direta com fornecedores. Nos itens 13 e 30 utilizou-se a média dos valores encontrados, enquanto nos itens 27, 28 e 29 utilizou-se o menor valor:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	J ALVES	GASPAR	RAIMONDI	INTERNET 1	INTERNET 2	INTERNET 3	MÉDIA
13	TIJOLÃO DE CONCRETO 25X15X08.	R\$ 1,78	R\$ 2,50	R\$ 1,96	R\$ 2,25	-	-	-	R\$ 2,24
27	JOELHO DE PVC 90º DE 150 MM	R\$ 19,00	-	-	R\$ 30,00	R\$ 37,90	R\$ 36,70	-	
28	JOELHO DE PVC 45º DE 150 MM	R\$ 25,00	-	-	R\$ 35,00	R\$ 40,85	R\$ 38,16	-	
29	LUVA DE PVC SIMPLES 150 MM	R\$ 17,20	-	-	R\$ 60,00	R\$ 24,59	R\$ 36,00	R\$ 28,90	
30	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM)	R\$ 5,99	-	-	R\$ 18,00	R\$ 8,50	R\$ 10,90	R\$ 9,99	R\$ 11,85

Já os itens 19, 31, 32, 33 e 34, apesar da ampla pesquisa de mercado, esta Secretaria conseguiu obter retorno de apenas 2 fornecedores de forma que se utilizou a média destes valores, enquanto os itens 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26, obteve-se retorno de apenas 1 fornecedor:



ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR ATUAL	J ALVES	RAIMONDI	FERNCO	COLUMBUS	MÉDIA
19	TAMPA PARA POÇO DE VISITA EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM COM A SEGUINTE DIMENSÃO 80X80 CM	R\$ 229,00	R\$ 250,00	R\$ 230,00	-	-	R\$ 240,00
20	GRELHA FOFO SIMPLES *800X500* MM, E=15 MM	R\$ 472,00	-	R\$ 300,00	-	-	
21	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM DE 10 CM COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	R\$ 455,00	-	R\$ 316,00	-	-	
22	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	R\$ 540,00	-	R\$ 546,00	-	-	
23	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 40 CM.	R\$ 1.523,33	-	R\$ 3.000,00	-	-	
24	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 60 CM.	R\$ 1.943,33	-	R\$ 2.800,00	-	-	
25	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 80 CM.	R\$ 2.200,00	-	R\$ 4.500,00	-	-	
26	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 100 CM.	R\$ 2.743,33	-	R\$ 5.000,00	-	-	
31	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 250MM A 400MM.	Item novo	-	-	R\$ 135,17	R\$ 138,00	R\$ 136,59
32	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	Item novo	-	-	R\$ 144,83	R\$ 138,00	R\$ 141,42
33	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 300MM A 500MM.	Item novo	-	-	R\$ 179,31	R\$ 187,00	R\$ 183,16
34	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	Item novo	-	-	R\$ 179,31	R\$ 187,00	R\$ 183,16

## 5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Segue abaixo tabela contendo os quantitativos a serem contratados:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, DIAMETRO NOMINAL DE 200 MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 300MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 400MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO



4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 800MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1000MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1200MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1500MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO
9	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 60X40 CM COM ESPESSURA MINIMA DE 8 CM.	UNID
10	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERÍSTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM.	UNID
11	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM.	UNID
12	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 140X140 CM.	UNID
13	TIJOLÃO DE CONCRETO 25X15X08.	UNID
14	TAMPAO EM CONCRETO COM FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, UM 660, 46 REDE PLUVIA/ESGOTO, E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120CM – EM CONCRETO.	UNID
15	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 600 MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



16	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI *400* MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO
17	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID
18	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID
19	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 80X80 CM.	UNID
20	GRELHA FOFO SIMPLES COM REQUADRO, CARGA MAXIMA 12,5 T, *800X500* MM, E=15 MM, AREA ESTACIONAMENTO CARRO PASSEIO.	UNID
21	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM.	UNID
22	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM.	UNID
23	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 40 CM. MEDIDAS: 130X13,80 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID
24	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 60 CM. MEDIDAS: 1,25X1,25X0,85 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID
25	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 80 CM. MEDIDAS: 1,45X1,45X1,30 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID
26	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 100 CM. MEDIDAS: 190X190X1,50 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID
27	JOELHO DE PVC 90° DE 150 MM PARA ESGOTO.	UNID
28	JOELHO DE PVC 45° DE 150 MM PARA ESGOTO.	UNID
29	LUVA DE PVC SIMPLES 150 MM PARA ESGOTO.	UNID
30	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) COM RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE 7 KN/M E COM ALTURA DE 2,30 M.	METRO



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!

31	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 250MM A 400MM.	UNID
32	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID
33	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 300MM A 500MM.	UNID
34	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID

**\*OS ITENS 15 E 16 DEVERÃO ATENDER A NORMA DNIT 094/2014**

## 6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Segue abaixo tabela contendo valores unitários e totais apurados oriundos da pesquisa de mercado realizada:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, DIAMETRO NOMINAL DE 200 MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO	1000	R\$ 24,57	R\$ 24.570,00
2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 300MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 109,58	R\$ 109.580,00
3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 400MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	2000	R\$ 122,65	R\$ 245.300,00
4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 209,86	R\$ 209.860,00
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE	METRO	200	R\$ 316,12	R\$ 63.224,00



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	800MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA				
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1000MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	150	R\$ 499,23	R\$ 74.884,50
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1200MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 618,23	R\$ 30.911,50
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1500MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 1.109,63	R\$ 55.481,50
9	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 60X40 CM COM ESPESSURA MINIMA DE 8 CM	UNID	2000	R\$ 106,67	R\$ 213.340,00
10	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MÍNIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	100	R\$ 238,68	R\$ 23.868,00
11	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	100	R\$ 328,41	R\$ 32.841,00
12	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO	UNID	50	R\$ 450,96	R\$ 22.548,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 140X140 CM				
13	TIJOLÃO DE CONCRETO 25X15X08.	UNID	10000	R\$ 2,24	R\$ 22.400,00
14	TAMPAO EM CONCRETO COM FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, UM 660, 46 REDE PLUVIA/ESGOTO, E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO À 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120CM – EM CONCRETO	UNID	100	R\$ 1.900,00	R\$ 190.000,00
15	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 600 MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 601,14	R\$ 1.803.420,00
16	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI *400* MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 271,98	R\$ 815.940,00
17	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	500	R\$ 176,43	R\$ 88.215,00
18	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	300	R\$ 273,11	R\$ 81.933,00
19	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK)	UNID	50	R\$ 240,00	R\$ 12.000,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!





PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	COM A SEGUINTE DIMENSÃO 80X80 CM				
20	GRELHA FOFO SIMPLES COM REQUADRO, CARGA MAXIMA 12,5 T, *800X500* MM, E=15 MM, AREA ESTACIONAMENTO CARRO PASSEIO	UNID	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
21	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	50	R\$ 316,00	R\$ 15.800,00
22	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	50	R\$ 546,00	R\$ 27.300,00
23	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 40 CM. MEDIDAS: 130X13,80 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 3.000,00	R\$ 90.000,00
24	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 60 CM. MEDIDAS: 1,25X1,25X0,85 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 2.800,00	R\$ 84.000,00
25	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 80 CM. MEDIDAS: 1,45X1,45X1,30 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 4.500,00	R\$ 135.000,00
26	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 100 CM. MEDIDAS: 190X190X1,50 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



27	JOELHO DE PVC 90° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	200	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00
28	JOELHO DE PVC 45° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 35,00	R\$ 5.250,00
29	LUVA DE PVC SIMPLES 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 24,59	R\$ 3.688,50
30	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) COM RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE 7 KN/M E COM ALTURA DE 2,30 M	METRO	3500	R\$ 11,85	R\$ 41.475,00
31	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 250MM A 400MM.	UNID	1000	R\$ 136,59	R\$ 136.590,00
32	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	2000	R\$ 141,42	R\$ 282.840,00
33	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 300MM A 500MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
34	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 5.431.420,00</b>

**\*OS ITENS 15 E 16 DEVERÃO ATENDER A NORMA DNIT 094/2014**

## 7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Dentre as possíveis soluções para suprir a presente demanda, verifica-se apenas uma única opção viável que seria a aquisição dos materiais de empresa terceirizada.

A solução escolhida se dá em razão da fabricação dos materiais ser inviável diante da necessidade de máquinas, equipamentos e insumos necessários, os quais são de elevado custo de aquisição. Ademais, há de se considerar o espaço mínimo necessário para acomodar a máquina para confecção dos tubos, a qual possui proporções consideráveis.





Se não bastasse todas as problemáticas apresentadas, deve-se considerar o conhecimento dos procedimentos e etapas da confecção, bem como o emprego de mão-de-obra técnica qualificada, o que se mostra inviável.

Isto posto, a aquisição dos materiais de fornecedores se mostra a solução mais vantajosa ao Município no âmbito econômico, produtivo, de qualidade e eficiência.

## **8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO**

A forma de julgamento será por item.

## **9- CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:**

Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do objeto licitado atende a toda necessidade existente.

## **10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

O resultado pretendido com a aquisição é ter à disposição da Secretaria de Obras materiais de drenagem pluvial (tubo de concreto armado, tubo corrugado pead, grelhas de concreto, tampa circular, tampas para poço de visita e tijolo) de forma a viabilizar a realização de manutenções da rede de drenagem no Município por meio da Secretaria de Obras, garantindo assim a continuidade do serviço essencial, bem como a eficiência e economicidade.

## **11 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:**

Após a realização desse Estudo Técnico Preliminar será realizado o Termo de Referência de acordo com a Lei n. 14.133/2021.

## **12 - IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Não identificamos impactos ambientais provenientes dessa contratação. Caso haja algum descarte, o mesmo será realizado no destino adequado.

## **13- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

O presente **Estudo Técnico Preliminar**, elaborado pela Secretaria de Obras, considerando a análise das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela **viabilidade da contratação**, uma vez considerados





os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Navegantes (SC), 17 de abril de 2024.

**WAGNER MARQUES**

Secretário Adjunto de Obras

**ISADORA BIANCHINI BALAN**  
Setor de Compras e Licitações

**INGLID LIMA GONÇALVES DIAS**  
Departamento de Compras



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



## ANEXO I-B

### JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ÍNDICES FINANCEIROS

O Município de Navegantes apresenta justificativa para a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico nº 43/2024, item 13.9.2.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 13.9.2 do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Grau de Endividamento indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, GE e LC), o resultado  $> 1,00$  é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/2021, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.





## ANEXO II

### HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR E DILIGÊNCIAS SANEADORAS

1.1. Dentre as atribuições do (a) Pregoeiro (a), destaca-se, em relação à habilitação, a verificação e julgamento das condições de habilitação, saneado erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação, que deverão estar anexadas de forma eletrônica, nos moldes da legislação.

1.2. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) Deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital, desde que esta não seja sanável, nos moldes da legislação.
- b) Deixar de apresentar algum dos documentos exigidos no Edital para comprovação da habilitação, independentemente de ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal, que dificulte, impossibilite a compreensão ou invalide o documento;
- d) Apresentar declaração ou qualquer outro documento com conteúdo falso ou adulterado;
- e) Apresentar documento de regularidade fiscal, social ou trabalhista vencido. Não se aplica esta regra quando o licitante for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

1.3 - A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa de lances, os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO, quando estes forem considerados, pelo (a) Pregoeiro (a), constantes no item 13 do edital, assim que for autorizado, e dentro do prazo estabelecido e devidamente justificado.

1.4. A prorrogação de prazo para a apresentação de documentos exigidos em ato de diligência deverá ser requerida dentro do prazo inicialmente previsto, preferencialmente por meio escrito, via chat no sistema BNC, ficando adstrito à conveniência da Administração Pública, quando não for especificado prazo legal, sob a autoridade do (a) Pregoeiro (a), no âmbito de sua competência, e sempre com critérios de razoabilidade e interesse público.

1.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

1.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, além do art. 59, § 2º e o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, sendo a ocorrência registrada em ata.





**ANEXO III**  
**MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS DE CONCRETO ARMADO, GRELHAS DE CONCRETO, TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, TAMPAS PARA POÇOS DE VISITA E TIJOLO), PARA USO NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS E REPAROS DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.**

Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
					TOTAL E	
	Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários para o cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.					





	<b>DADOS DO PROPONENTE</b>
	Nome:
	Razão Social:

	Endereço Completo:
	CNPJ:
	Telefone: E-mail:
	<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> (não inferior a 60 dias corridos):
	<b>PRAZO PARA ENTREGA:</b>
	<b>GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS:</b> Mínima de 01 (um) ano.
	<b>CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:</b> Em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega, mediar emissão de nota fiscal).
	<b>LOCAL PARA ENTREGA:</b>
	<b>LOCAL MAIS PRÓXIMO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:</b>

LOCAL/DATA \_\_\_\_\_  
Agência Bancaria nº \_\_\_\_\_  
Banco: \_\_\_\_\_  
Conta-Corrente nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa  
Nome: Carimbo do CNPJ





## ANEXO IV

### TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES



#### SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	( ) ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Inscrição Municipal:	
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	
Informações Bancárias:	Banco:
Agência:	C/C:
<b><u>e-mail ( ) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais</u></b>	

**\*o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



“BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

**3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo III do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.**

**4. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do regulamento.**

5. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





## ANEXO V CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA



### FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

#### - PARA FORNECEDORES:

A BNC – Bolsa Nacional de Compras, para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital. Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante. O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada. **Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta os seguintes planos de pagamento:**

<b>Plano de Adesão</b>	<b>A</b>	<b>R\$ 98,10 única participação por edital</b>
<b>Plano de Adesão</b>	<b>B</b>	<b>R\$ 135,00 (mensal)</b>

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

**Plano de Adesão A**, esse plano é exclusivamente para uma única participação.

**Plano de Adesão B**, o respectivo contrato é mensal a contar da data da sua contratação.

**O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro**





**dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.**

A cobrança do plano de adesão, será emitida no momento do cadastro através de “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail [financeiro@bnc.org.br](mailto:financeiro@bnc.org.br). A liberação irá ocorrer em até 24 horas. Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

---

Representante Legal:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)





## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DEMAIS OBRIGAÇÕES

A pessoa jurídica denominada \_\_\_\_\_ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede à (endereço completo da empresa), e por intermédio de seu representante legal, devidamente credenciado:

- a) DECLARA, para fins de participação no processo licitatório em pauta, nos termos do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, de que cumpre plenamente aos requisitos exigidos para efeito de habilitação;
- b) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços dos produtos licitados correrão por conta da empresa;
- c) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que tomou conhecimento e aceita as condições do conteúdo do presente Edital e se submete ao disposto constante na Lei nº 14.133/2021 e Diplomas Complementares;
- d) DECLARA que para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que nos termos do § 6º inciso V do art. 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal do Brasil, não possuir em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho;
- e) DECLARA que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- f) DECLARA que por meio de seu representante legal infra-assinado, que se encontra em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (FGTS e INSS), bem como atende a todas as demais exigências de habilitação constantes do edital próprio;





- g) DECLARA, também, que está obrigada sob as penas da lei, a informar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.
- h) DECLARA, também, conhecer e cumprir o previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e no Decreto nº 8.420/2015, sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra esta Administração, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
- i) DECLARA, também, que cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e noutras normas específicas.
- j) DECLARA, também, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

At. – Pregoeiro e equipe de apoio

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 43/2024.

A empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_ seu \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos arts 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação.

DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Por ser verdade assina a presente;

Navegantes, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome: Carimbo do CNPJ



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



**ANEXO VIII**  
**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2024**  
**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos.....do mês.....do ano 2024 na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e pelo Secretário Municipal de Obras, Sr. Roberto M. Ferreira nomeado através da Portaria n. 2980/2022, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 43/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 43/2024, regidos pela Lei n.º 14.133/2021 e o Decreto Municipal n.º 361/2023, bem como as demais normas legais pertinentes, o disposto no edital e seus anexos e os termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Seguem os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:  
NOME DA EMPRESA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º..., com sede na Rua ..., bairro..., Cidade/UF, representado por ..., inscrito no CPF n.º ...

Código	Empresa	Itens

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS DE CONCRETO ARMADO, GRELHAS DE CONCRETO, TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, TAMPAS PARA POÇOS DE VISITA E TIJOLO), PARA USO NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS E REPAROS DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO,**





**ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.**

1.1. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. Seguem abaixo as especificações de cada item, com o respectivo fornecedor:

**FORNECEDOR / NOME DA EMPRESA**

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1, DIAMETRO NOMINAL DE 200 MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.	METRO	1000	R\$ 24,57	R\$ 24.570,00
2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 300MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 109,58	R\$ 109.580,00
3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 400MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	2000	R\$ 122,65	R\$ 245.300,00
4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 209,86	R\$ 209.860,00
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 800MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	200	R\$ 316,12	R\$ 63.224,00
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1000MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	150	R\$ 499,23	R\$ 74.884,50
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1200MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 618,23	R\$ 30.911,50
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1500MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 1.109,63	R\$ 55.481,50
9	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 60X40 CM COM ESPESSURA MINIMA DE 8 CM	UNID	2000	R\$ 106,67	R\$ 213.340,00





PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



10	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MÍNIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	100	R\$ 238,68	R\$ 23.868,00
11	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	100	R\$ 328,41	R\$ 32.841,00
12	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 140X140 CM	UNID	50	R\$ 450,96	R\$ 22.548,00
13	TIJOLÃO DE CONCRETO 25X15X08.	UNID	10000	R\$ 2,24	R\$ 22.400,00
14	TAMPAO EM CONCRETO COM FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, UM 660, 46 REDE PLUVIA/ESGOTO, E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120CM – EM CONCRETO	UNID	100	R\$ 1.900,00	R\$ 190.000,00
15	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 600 MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO) <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 601,14	R\$ 1.803.420,00
16	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI *400* MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 271,98	R\$ 815.940,00
17	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	500	R\$ 176,43	R\$ 88.215,00
18	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	300	R\$ 273,11	R\$ 81.933,00
19	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM	UNID	50	R\$ 240,00	R\$ 12.000,00





PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 80X80 CM				
20	GRELHA FOFO SIMPLES COM REQUADRO, CARGA MAXIMA 12,5 T, *800X500* MM, E=15 MM, AREA ESTACIONAMENTO CARRO PASSEIO	UNID	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
21	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	50	R\$ 316,00	R\$ 15.800,00
22	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	50	R\$ 546,00	R\$ 27.300,00
23	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 40 CM. MEDIDAS: 130X13,80 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 3.000,00	R\$ 90.000,00
24	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 60 CM. MEDIDAS: 1,25X1,25X0,85 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 2.800,00	R\$ 84.000,00
25	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 80 CM. MEDIDAS: 1,45X1,45X1,30 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 4.500,00	R\$ 135.000,00
26	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 100 CM. MEDIDAS: 190X190X1,50 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00
27	JOELHO DE PVC 90° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	200	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00
28	JOELHO DE PVC 45° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 35,00	R\$ 5.250,00
29	LUVA DE PVC SIMPLES 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 24,59	R\$ 3.688,50
30	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) COM RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE 7 KN/M E COM ALTURA DE 2,30 M	METRO	3500	R\$ 11,85	R\$ 41.475,00



31	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 250MM A 400MM.	UNID	1000	R\$ 136,59	R\$ 136.590,00
32	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	2000	R\$ 141,42	R\$ 282.840,00
33	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 300MM A 500MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
34	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 5.431.420,00</b>

**\*OS ITENS 15 E 16 DEVERÃO ATENDER A NORMA DNIT 094/2014**

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA REVISÃO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, com exceção do subitem abaixo.

2.3. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, por meio de apostilamento.

2.4. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória



da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.5. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.6. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo, conforme art. 123, § único da Lei nº 14.133/2021.

2.7. No reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.8. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.9. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as Providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.10. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 e art. 134, ambos da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:





b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.11. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.12. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **3. CLÁUSULATERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.





4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.2. À Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.3. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.4. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos serviços, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de serviços, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.4.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.5. Prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.6. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;





- 5.7. Emitir a autorização de compra;
- 5.8. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.9. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.10. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.11. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.12. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.13. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.14. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.15. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.16. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.17. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.18. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.19. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.20. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.





5.21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.22. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

5.23. A aquisição dos materiais se dará de forma fracionada, conforme necessidade da Secretaria solicitante, sendo o frete de responsabilidade da empresa contratada;

5.24. O Material deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o envio da Ordem de Compra.

5.25. Caso o material entregue apresente avarias ou falhas que venham a ocasionar perda ao município, o mesmo será devolvido e caberá à empresa realizar a substituição do mesmo. Os materiais deverão ser de primeira linha, atendendo os padrões prescritos em norma para cada qual.

5.26. Nos casos em que os produtos solicitados não atendam as especificações deste edital, os mesmos terão a entrega negada, devendo a contratada substituí-los imediatamente.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.2. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.3. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.





6.4. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.5. O cancelamento do registro, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.6. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.7. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **7. CLÁUSULASÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras - órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.6. O local de entrega dos serviços será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.





- 7.7. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, constante no termo de referência anexo.
- 7.8. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.9. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.10. As despesas relativas à entrega dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.11. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.12. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.13. Todas as despesas relativas à prestação de serviços, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: em 30 (trinta) dias, após o fornecimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura e respectiva liquidação, acompanhada de relatório do fornecimento dos materiais emitido pela Secretaria competente, devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas na ATA;
- 8.2. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A ENTREGA DOS MATERIAIS;
- 8.3. E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo;
- 8.4. O pagamento será efetuado diretamente a CONTRATADA através de conta corrente previamente cadastrada pela contratada, perante esta Administração Pública Municipal;
- 8.5. Todos os materiais deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital;





8.6. Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se os materiais fornecidos, serão recebidos definitivamente, mediante assinatura do responsável na Nota Fiscal;

8.7. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF e CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.8. NÃO HAVERÁ EM HIPÓTESE ALGUMA, PAGAMENTO ANTECIPADO.

## **9. CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021 quando não formalizado contrato para ser aditivado.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.2. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;





c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até 05 (cinco) anos.

11.3. As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.4. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.5. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.6. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.5. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, o licitante que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima imposta.





11.10. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.11. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E por estarem às partes, **ADMINISTRAÇÃO** e **CONTRATADA**, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Navegantes/SC \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2024.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA  
Prefeito Municipal de Navegantes



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



## ANEXO IX

### MINUTA DE CONTRATO PARA AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2024

EDITAL DE ..... N.º ...../.....

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
NAVEGANTES/SC, ..... E  
.....

**O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ....., (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo n.º ..... e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.43/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS DE CONCRETO ARMADO, GRELHAS DE CONCRETO, TAMPAS CIRCULARES PARA ESGOTO E DRENAGEM, TAMPAS PARA POÇOS DE VISITA E TIJOLO), PARA USO NAS MANUTENÇÕES DAS VIAS PÚBLICAS E REPAROS DA REDE PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PS1,	METRO	1000	R\$ 24,57	R\$ 24.570,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446

Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	DIAMETRO NOMINAL DE 200 MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA.				
2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 300MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 109,58	R\$ 109.580,00
3	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 400MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	2000	R\$ 122,65	R\$ 245.300,00
4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 600MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	1000	R\$ 209,86	R\$ 209.860,00
5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 800MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	200	R\$ 316,12	R\$ 63.224,00
6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1000MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	150	R\$ 499,23	R\$ 74.884,50
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1200MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 618,23	R\$ 30.911,50
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA ÁGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, DIAMETRO NOMINAL DE 1500MM – COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA	METRO	50	R\$ 1.109,63	R\$ 55.481,50
9	GRELHA DE CONCRETO ARMADO 60X40 CM COM ESPESSURA MINIMA DE 8 CM	UNID	2000	R\$ 106,67	R\$ 213.340,00
10	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MÍNIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM	UNID	100	R\$ 238,68	R\$ 23.868,00
11	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	100	R\$ 328,41	R\$ 32.841,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



12	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 140X140 CM	UNID	50	R\$ 450,96	R\$ 22.548,00
13	TIJOLÃO DE CONCRETO 25X15X08.	UNID	10000	R\$ 2,24	R\$ 22.400,00
14	TAMPAO EM CONCRETO COM FOFO ARTICULADO, CLASSE B125 CARGA MAX 12,5 T, REDONDO TAMPA 600 MM, UM 660, 46 REDE PLUVIA/ESGOTO, E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO À 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120CM – EM CONCRETO	UNID	100	R\$ 1.900,00	R\$ 190.000,00
15	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI 600 MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 601,14	R\$ 1.803.420,00
16	TUBO CORRUGADO PEAD, PAREDE DUPLA, INTERNA LISA, JEI, DN/DI *400* MM, PARA SANEAMENTO (DRENAGEM/ESGOTO). <b>*DEVERÁ ATENDER A NORMA DNIT 094/2014</b>	METRO	3000	R\$ 271,98	R\$ 815.940,00
17	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	500	R\$ 176,43	R\$ 88.215,00
18	TUBO PVC, SERIE R, DN 150 MM, ÁGUAS PLUVIAIS PREDIAL, BARRA DE 6 METROS.	UNID	300	R\$ 273,11	R\$ 81.933,00
19	TAMPA PARA POÇO DE VISITA, CAIXA DE INSPEÇÃO E CAIXA DE LIGAÇÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA MINIMA DE 15 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À COMPRESSÃO DE 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 80X80 CM	UNID	50	R\$ 240,00	R\$ 12.000,00
20	GRELHA FOFO SIMPLES COM REQUADRO, CARGA MAXIMA 12,5 T, *800X500* MM, E=15 MM, AREA ESTACIONAMENTO CARRO PASSEIO	UNID	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
21	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA À	UNID	50	R\$ 316,00	R\$ 15.800,00



Rua João Emílio, 100 - Centro - Navegantes - SC  
CEP: 88370-446  
Doe órgãos! Doe sangue! Salve Vidas!



PREFEITURA DE  
**NAVEGANTES**



	COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 100X100 CM				
22	TAMPA PARA BOCA DE LEÃO, EM CONCRETO ARMADO COM ESPESSURA DE 10 CM E RESISTÊNCIA CARACTERISTICA MINIMA Á COMPRESSÃO Á 20 MPA (FCK) COM A SEGUINTE DIMENSÃO 120X120 CM	UNID	50	R\$ 546,00	R\$ 27.300,00
23	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 40 CM. MEDIDAS: 130X13,80 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 3.000,00	R\$ 90.000,00
24	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 60 CM. MEDIDAS: 1,25X1,25X0,85 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 2.800,00	R\$ 84.000,00
25	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 80 CM. MEDIDAS: 1,45X1,45X1,30 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 4.500,00	R\$ 135.000,00
26	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO PARA TUBO DE 100 CM. MEDIDAS: 190X190X1,50 CM. KIT COMPLETO COM TAMPA E FUNDO.	UNID	30	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00
27	JOELHO DE PVC 90° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	200	R\$ 30,00	R\$ 6.000,00
28	JOELHO DE PVC 45° DE 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 35,00	R\$ 5.250,00
29	LUVA DE PVC SIMPLES 150 MM PARA ESGOTO	UNID	150	R\$ 24,59	R\$ 3.688,50
30	MANTA GEOTÊXTIL (BIDIM) COM RESISTÊNCIA Á TRAÇÃO DE 7 KN/M E COM ALTURA DE 2,30 M	METRO	3500	R\$ 11,85	R\$ 41.475,00
31	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 250MM A 400MM.	UNID	1000	R\$ 136,59	R\$ 136.590,00
32	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 100MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	2000	R\$ 141,42	R\$ 282.840,00
33	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 300MM A 500MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00





34	CONECTOR EM BORRACHA EPDM PARA DERIVAÇÃO LATERAL DE TUBOS DE 150MM PARA COLETORES DE 600MM A 1000MM.	UNID	500	R\$ 183,16	R\$ 91.580,00
				<b>Total</b>	<b>R\$ 5.431.420,00</b>

**\*OS ITENS 15 E 16 DEVERÃO ATENDER A NORMA DNIT 094/2014**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 84 da mesma norma legal.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 5.431.420,00 (cinco milhões quatrocentos e trinta e um mil quatrocentos e vinte reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.





## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado é de 30 (trinta) dias, contados da autorização da Secretaria, do recebimento da nota fiscal, e do relatório de serviço, desde que cabível.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis, no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, salvo para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, observado o artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de um ano, e havendo pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. O reajuste não será concedido se o prazo de 1 (um) ano decorrer em razão do atraso na entrega dos itens por culpa do Contratado.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento, salvo se coincidir com a prorrogação contratual, de forma que poderá ser realizado no mesmo termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia





sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;
- 9.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;





9.17. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.21 É de responsabilidade da CONTRATADA a entrega e descarga dos materiais nos locais a serem indicados pela Secretaria solicitante.

9.22 Assegurar que os Materiais entregues, tenham prazo de Garantia de no mínimo 02 (dois) anos, a contar do recebimento definitivo na Secretaria solicitante.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.





11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**ii. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**iv. Multa:**

a) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

a.1) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.





11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.





### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação discriminada: 142/2024.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal 361/2023 e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e até o limite de 50% (cinquenta por cento) de acréscimo quando se tratar de reforma de edifício ou de equipamento.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Navegantes/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

Navegantes/SC, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
Representante legal do  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do  
CONTRATADO





# MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: WSZLM-MK7BA-K8QPU-ETHZ7

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Roberto Melentino Ferreira (CPF \*\*\*.518.419-\*\*) em 07/06/2024 17:29 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
201.55.107.183	Lat: -26,897797 Long: -48,646716
	Precisão: 20 (metros)
Autenticação	obras.secretaria@navegantes.sc.gov.br
Email verificado	
c8THp2B+DD5qemrnFYwKEglWiajOR7VwgDC4EnlwIJM=	
SHA-256	

- ✓ Roberto Melentino Ferreira (CPF \*\*\*.518.419-\*\*) em 07/06/2024 17:29 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
201.55.107.183	Lat: -26,897797 Long: -48,646716
	Precisão: 20 (metros)
Autenticação	obras.secretaria@navegantes.sc.gov.br
Email verificado	
GchKW8BL6/1TCor4nP0r+EkG3iPHT4WaEXP7Dizbih8=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.silosign.com.br/validate/WSZLM-MK7BA-K8QPU-ETHZ7>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.silosign.com.br/validate>